

## **(RE) HABILITAÇÃO URBANA: UMA ESTRATÉGIA QUE PROMETE ALÉM DA RECUPERAÇÃO FÍSICA, A RECUPERAÇÃO DO TECIDO SOCIAL.**

CLAUDIA DA SILVA NOGUEIRA <sup>1</sup>  
ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [claudinha15.nogueira@hotmail.com](mailto:claudinha15.nogueira@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [lucostoli@gmail.com](mailto:lucostoli@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

As cidades ao longo do tempo passam por uma infinidade de mutações sociais, culturais e construtivas. Essas modificações se tornam evidentes principalmente no que diz respeito à sua forma, Milton Santos (2008) analisa as cidades como (...) pedaços de tempos históricos, representativos das diferentes maneiras de construir o espaço (...).

Um dos primeiros conceitos de Intervenção na cidade existente, encontrados na bibliografia, está em Portas (1985) “Conjunto de programas e projetos públicos ou de iniciativas autônomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional; a sua recuperação ou reabilitação arquitetônica; finalmente, a sua reapropriação social e cultural” (PORTAS; 1985; pg. 8).

Foi então que após o levantamento de muitos debates sobre os centros históricos, e muitas críticas em relação às práticas anteriores de conservação e restauro do patrimônio arquitetônico, bem como à demolição e renovação sistemática do tecido edificado dos centros urbanos e que são levantadas inúmeras terminologias advindos do prefixo “re” – reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar, e surge então este conceito denominado intervenção na cidade já existente.

A intervenção urbana começou a considerar mais do que uma ação no patrimônio isolado, passou a integrar as dimensões sociais, para além das físicas durante este processo. No Brasil e no mundo como um todo, surgem desta forma programas e políticas públicas oriundas dos mais diversos agentes públicos, direcionados a estas áreas da cidade, dentre essas políticas públicas, está presente a de reabilitar estas edificações dentro das necessidades da comunidade a qual elas estão inseridas.

Neste artigo busca-se traçar um paralelo entre a origem do conceito de reabilitação urbana e duas experiências, uma internacional e outra nacional, onde esta estratégia teve como origem de sua implantação, a fim de compreender em que princípios nascem apoiados o conceito de reabilitar nestes dois cenários, o internacional e o nacional e o que isto nos leva a compreender sobre esta política.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo faz parte de um recorte dentro de uma pesquisa maior denominada “Desafios e facilitadores na preservação e reabilitação urbana do patrimônio cultural de cidades medias: Pelotas/Br e Coimbra/Pt” que se encontra em desenvolvimento no PRORAU - Programa de Arquitetura e Urbanismo.

Mais precisamente este artigo corresponde a uma parte da discussão levantada durante o primeiro momentos metodológico da dissertação, onde foi realizada, uma revisão bibliográfica, que caracteriza uma metodologia teórica investigativa dos principais autores com relação ao tema desta pesquisa, além de aprofundar a relação dos conceitos chave como: preservação, reabilitação, dentre outros que se farão necessários ao decorrer da pesquisa.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível identificar o cerne do conceito de reabilitação, ou seja, uma das primeiras referências de reabilitação foi encontrada na Carta de Veneza realizada pelo ICOMOS, em 1964, ganhou peso e encontrou definição na Resolução do Comitê de Ministros do Conselho da Europa (1976) a qual estabelece que (...) reabilitação é a forma pela qual se procede à integração dos monumentos e edifícios antigos – em especial os habitacionais – no ambiente físico da sociedade atual.

Porém a reabilitação urbana, ainda que tenha uma mesma origem e tenha trilhado um mesmo caminho, se tornou algo ainda mais complexo, passou a fazer parte de um processo que aborda de forma integrada setores públicos, privados e sociedade civil, uma estratégia para a qual todos são chamados a contribuir. Além de não trabalhar mais o objeto isolado, mas sim o conjunto como um todo.

A urgência em recuperar as cidades europeias pós II Guerra, com o propósito de realocar milhões de pessoas e devolver a economia local, obrigou medidas extremas de reconstrução de monumentos ou de cidades históricas destruídas pela guerra, o chamado período da Renovação Urbana que vai de

(1950 – 1960), porém o método empregado afetava em muito a identidade dessa população e interferia de forma agressiva no tecido urbano pré existente, ocasionando uma perda ainda maior do que a causada pela guerra.

Em oposição ao movimento da Renovação Urbana, que como destacava o autor Nuno Portas (1986, p.94) “substituição pura e simples das estruturas físicas existentes como condição apriorística da adaptação das cidades herdadas às ‘necessidades da vida moderna’”, nascem por volta dos anos 60 e começo dos anos 70 movimentos de defesa da cidade pré-existente e preservação dos bens culturais, por sua vez acontece o surgimento de novas formas de intervir sobre o patrimônio.

O caso de Bologna é um destes, por volta de 1969 se tornou uma referência no mundo e especialmente na Europa, pois introduzia uma visão de preservação física e social ao mesmo tempo, estabelecendo diferentes formas de atuar com relação aos bens patrimoniais e à população que o habitava. Destacando ainda o rompimento da visão até então empregada de preservação de conjuntos monumentais, para a recuperação ao conjunto do tecido urbano.

Ramón Gutierrez(2009) nos fala em seu texto, que muito se viu no embrião das políticas de intervenção latino americanas, o reflexo da preservação Europeia, como o visto no Rio de Janeiro, no fim do ano de 1979 começos dos anos 80, com a chegada Projeto Corredor Cultural, com a finalidade de além da preservação de edifícios isolados, promover também a preservação dos conjuntos e espaço urbano e suas relações.

No projeto do Corredor Cultural, a preocupação pautava-se em frear o esvaziamento da área e a perda da presença de atividades culturais e recreativas no local. Para isto, a proposta foi utilizar a infraestrutura e os espaços físicos existentes na área, preocupando-se em valorizar e resgatar a identidade da área. Para atingir o objetivo, a principal tática foi envolver a comunidade no processo.

#### **4. CONCLUSÕES PARCIAIS**

A partir dos dados levantados até o momento, foi possível compreender melhor o tema de pesquisa. Observou-se através da bibliografia estudada que, estas terminologias surgiram na medida em que as cidades passaram a sofrer transformações drásticas quanto ao patrimônio ao fim da guerra, por volta de 1950. Com isso, se fez importante, portanto, começar a pensar os meios de intervir na cidade de forma a trazer o tecido antigo de novo à vida, adaptando-o e

atribuindo-lhe uma nova função enquadrada no contexto das atividades e requisitos contemporâneos.

Apesar da divergência de motivos que levou ao declínio de áreas históricas tanto na Europa, quanto no Brasil, em ambos a política pública que até os anos 70 era usada como resposta ao declínio dos centros levava a transformações radicais de tecidos urbanos com novos usos inapropriados, que anteriormente foi apontado como o processo de renovação urbana. Somente após este período que além do cuidado com as transformações radicais, segundo CASTRIOTA (2013) “... as políticas de patrimônio não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas”.

Com isso a Reabilitação Urbana vem sendo frequentemente incluída nos mais diversos discursos, mas ainda poucas pessoas têm conhecimento de como surgiu o conceito, quais seus antecedentes e qual tem sido o caminho percorrido até o conceito atualmente utilizado. Portanto, espera-se que no próximo momento desta pesquisa, possa se analisar até onde a origem da política de reabilitação interferiu no decorrer de sua implantação e nos resultados obtidos hoje pelos dois cenários, o internacional e o nacional. Desejando, portanto, que ao final desta pesquisa, seja possível contribuir no sentido de apontar caminhos para transformações positivas destas áreas históricas e a diminuição dos problemas decorrentes da implantação de políticas públicas sobre estas áreas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas.** Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável, v. 1, n. 1, 2013

GUTIERREZ, R. **Los centros históricos de iberoamerica.** Políticas y improvisaciones Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/viewFile/1218/1273>> Acessado em: 18/03/2018

PORTAS, NUNO. **Notas sobre a intervenção na cidade existente.** In: Sociedade e Território, nº2, “A Cidade”, 1985, p.8-13

\_\_\_\_\_. **Notas sobre a intervenção na cidade existente.** Espaço & Debates, Ano VI, 1986, nº 17: 94-104.



Resolução (76) 28 **sobre a adaptação das leis e regulamentos às exigências da conservação integrada do patrimônio arquitetônico**. Comité de Ministros do conselho da Europa. Secção I, Art.º 2º, (tradução livre).

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.